

As disputas na construção dos Territórios Agroflorestais na e da Reforma Agrária no estado do Paraná

Priscila Facina Monnerat¹
Adriano Lima dos Santos²

Resumo

Os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária popular, como o MST, estão inseridos em disputas históricas. Além da permanente disputa pela terra, este trabalho trata de outras disputas nos territórios conquistados pela reforma agrária, como a agricultura, as práticas agroflorestais e a soberania alimentar. Esta pesquisa em andamento pretende aprofundar o entendimento sobre os diferentes projetos de desenvolvimento territorial, propõe analisar o conjunto de disputas que se manifestam em diferentes formas, na construção de territórios agroflorestais nos assentamentos de reforma agrária do Paraná.

Palavras-chave: agroflorestas, reforma agrária, territórios agroflorestais

Introdução

A conquista dos territórios que passaram a se chamar América, e a imposição do papel de colônia aos povos que aqui viviam, inaugura um longo período de conflitos, que perdura até os dias de hoje. A colonização deste território foi marcada pela resistência das diversas etnias que habitam estas terras, de povos escravizados que foram extirpados da África e do povo que foi se constituindo neste território. O processo de luta e resistência também foi se reinventado ao longo destes 500 anos de violência e opressão.

Segundo Zibechi (2012), uma das mais notáveis inovações na luta dos povos latino-americanos foi a organização dos movimentos sociais, que romperam com a forma tradicional de ação dos oprimidos, a luta sindical. O autor ressalta a importância do movimento sindical, mas também expõe suas limitações.

No Brasil, em 1984, trabalhadores rurais fundam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, um movimento camponês com três objetivos principais a terra, a reforma agrária e mudanças sociais no país, e inaugura um novo ciclo de lutas sociais no

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal do Paraná – UFPR – pricamomila@gmail.com

² Mestre em Agroecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Cursando Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – adriano.elaa@gmail.com

campo. Os atores desta luta “Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais Sem Terra, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos.” (MST, 2016).

Os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária popular, como o MST, estão inseridos em disputas históricas. Além da permanente disputa pela terra, este trabalho trata outras disputas nos territórios conquistados pela reforma agrária, como a agricultura, as práticas agroflorestais e a soberania alimentar.

Esta pesquisa em andamento pretende aprofundar o entendimento sobre os diferentes projetos de desenvolvimento territorial, propõe analisar o conjunto de disputas que se manifestam em diferentes formas, na construção de territórios agroflorestais nos assentamentos de reforma agrária do Paraná.

Perspectiva metodológica: quantidade e qualidade

Utilizando ensinamentos de Triviños (2013) consideramos de valor essencial, para se forjar compreensões claras das atividades da camponesa e do camponês neste estudo, contextualizar o ambiente no qual os sujeitos “realizam suas ações e desenvolvem os seus modos de vida fundamentais” (p 122). A descrição das famílias que estão trabalhando com agroflorestas, suas interações e o *seu fazer*, são descritas com a função de aprender desses e com esses camponeses, mais do que estudá-los.

Cada passo nesse caminho desdobra-se em atividades específicas, fundamentando novos passos, ao mesmo tempo em que é preciso retornar em alguns, pelo simples fato de que cada um deles alimenta a pesquisa. Num primeiro momento reunimos materiais bibliográficos com objetivo de pesquisar na literatura o que já se produziu sobre o tema abordado nesse estudo. Esta valiosa etapa contribuiu com a formulação e reformulação tanto das questões que guiam o estudo, quanto de suas análises e considerações.

O fato de estarmos envolvidos com coordenações de assessoria técnica às famílias camponesas, que amplia e fortalece a construção da agroecologia e dos territórios agroflorestais; e termos participado da equipe da Escola Latino Americana de Agroecologia, e ainda somos parte de uma das famílias assentadas envolvida nos processos de produção agroecológica agroflorestal e das diversas dimensões e até contradições presentes. Inclusive

comprometimentos característicos *na* e *com* a vida da própria comunidade, traz a certeza de uma contribuição fundamental na metodologia desse trabalho através da observação participante. Buscamos rigor nos critérios objetivos, mas temos a certeza de que a pesquisa não é neutra.

Com o intuito de destacar especificidades do conjunto das unidades de produção camponesa e dos assentamentos que trabalham com agroflorestas, especialmente das atividades e comportamentos, registrando-se também a sequência em que ambos ocorrem (Ludke e André, 1986), durante o desenvolvimento da pesquisa a ferramenta da observação livre esta sendo amplamente utilizada.

Além das ferramentas mencionadas, estamos utilizando anotações de campo, relatórios e relatos de momentos de avaliação do Projeto Flora.

A construção de territórios agroflorestais na e da Reforma Agrária

A passagem do segundo para o terceiro milênio foi marcada por intensos debates e grandes transformações no MST, uma fase de acaloradas discussões e contestações do jeito de fazer agricultura. Fundamentalmente repensar a vida no campo e na cidade, a matriz de produção na agricultura, os cuidados com a natureza, são debates presentes desde a gênese do MST, que se renova e fortalece através da Agroecologia. O trabalho com agroecologia nos assentamentos do Paraná teve início há vinte anos quando os camponeses e camponesas, perceberam que deveriam buscar uma nova matriz tecnológica, diferente da matriz do agronegócio que só trazia destruição ambiental, endividamento das famílias e a expulsão campo-cidade.

No MST, a agroecologia ganha espaço no IV Congresso Nacional, no ano 2000, com o lançamento do documento “Nossos compromissos com a Terra e a Vida”. A partir deste momento, uma das principais estratégias para impulsionar a agroecologia foi a criação de escolas, cursos formais e informais e a organização de grandes eventos como a Jornada de Agroecologia. As experiências com agroecologia tem se multiplicado pelo Estado do Paraná. Faz-se necessário um esforço para conhecer e sistematizar esta dimensão da reforma agrária popular.

A partir de 2013, o movimento agroecológico nos assentamentos do Paraná, ganhou um grande impulso, através do Projeto FLORA Florestando a Reforma Agrária, pelo Instituto Contestado de Agroecologia, em 45 municípios do Paraná. O principal objetivo do projeto foi transformar áreas degradadas nos assentamentos da reforma agrária em ambientes saudáveis e produtivos, através das agroflorestas.

A experimentação com técnicas da agricultura agroflorestal, fruto do FLORA, está expressa em mais de 240 hectares de agroflorestas, distribuídas em 640 unidades familiares de produção, em todas as regiões do estado do Paraná. Nesta fase evidenciam-se as disputas sobre o “lugar” e a importância das florestas na agricultura dos assentamentos de reforma agrária e também o debate sobre as práticas agroflorestais adotadas.

Antes do projeto as visões que predominavam dos assentados sobre a floresta é que esta pode ser um empecilho para agricultura pelas questões legais, que floresta é um lugar de animais peçonhentos e a existência da diferenciação entre florestas de produção e de proteção. Além disto, a opinião que todas devem estar em locais onde não é possível fazer agricultura, locais de baixa fertilidade, com pedras ou em áreas de preservação permanente. No processo de formação e planejamento para implantação das agroflorestas estas ideias foram amplamente debatidas com intuito de mostrar que pode ser diferente. E muitas pessoas mudaram sua posição sobre as florestas. Há que se compreender que o assentamento é fruto de luta e pressão social, um símbolo da distribuição da propriedade privada dos meios de produção. A expressão da luta social é a construção de um novo território, assim como novas relações sociais. Ocorre que uma batalha econômica, política e ideológica é travada permanentemente com as forças do latifúndio e da burguesia em geral, pelo controle desse novo território. Assim observou-se, fruto desta acirrada e desproporcional disputa, que as famílias camponesas tem uma tendência de reproduzir a matriz excludente da produção do agronegócio, inclusive de organizar a produção em monocultivos, tudo separado, um local para hortaliças, outro para grãos, e assim com as frutas e com o reflorestamento.

Com as agroflorestas foi demonstrado que é possível e viável plantar tudo junto com alta densidade e diversidade. Com os sistemas agroflorestais além da recuperação das áreas que foram degradadas pelo latifúndio, é possível começar a produzir alimentos a partir do segundo mês de implantação. Outra característica que fica evidente é a diversificação da produção e consequentemente da alimentação. As agroflorestas vão ao encontro do debate da

Soberania Alimentar, conceito cunhado pela Via Campesina³ em 2002. Trata do direito dos povos a definir suas próprias políticas relacionadas à alimentação considerando questões sociais, econômica, ecológicas e culturais. Além disto, o conceito trata que todas as pessoas tem direito a alimentação saudável, culturalmente apropriada e também aos recursos de produção de alimentos para garantir seu próprio sustento e de suas sociedades.

Considerações Finais

Nas duas ultimas décadas a lógica de territorialização proposta pelas famílias camponesas organizadas no MST, reinventa-se através da agroecologia e das agroflorestas. Esta produção agroecológica e agroflorestal nos territórios da reforma agrária, ao aliar recuperação e o cuidado ambiental à produção saudável de alimentos abre novos campos de disputa e um novo paradigma para o campo. Uma outra lógica de territorialização, baseadas em práticas não mercantis, que colocam em xeque as concepções de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Referencias Bibliográficas

LÛDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MST < <http://www.mst.org.br>> Acesso em: 28/07/2016

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

VIA CAMPESINA. NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5). Roma, junho de 2002

ZIBECHI, Raul. **Política y Miseria**. Buenos Aires, Argentina: Lavaca, 2012. 191 p.

³ Criada em 1993, por organizações de camponeses de várias regiões do mundo, fruto das lutas de diversas organizações continentais dos povos do campo e da floresta. O objetivo desta organização é trazer mudanças no campo, pelas melhores condições de vida, com espaços democráticos e com protagonismo camponês. Para que possam decidir acerca dos assuntos que possam impactar suas vidas. Para saber mais <https://viacampesina.org/en/>